

## A economia da “sempre-viva” em São João da Chapada (Diamantina, MG), meados do século XX

The economy of the “sempre-viva” in São João da Chapada (Diamantina, MG), mid of twentieth century

Marcos Lobato Martins\*

**Resumo:** Investiga-se, no período entre os anos 1940-1970, a extração e a comercialização de sempre-vivas no distrito de São João da Chapada (Diamantina, MG). Empregando documentação cartorial, registros fiscais e de empresas, jornais locais e história oral, são analisados os agentes envolvidos, as formas de trabalho, controle da extração e de comercialização das flores. A pesquisa indica a similaridade da atividade com o garimpo e a dominante participação de mulheres e crianças na coleta de flores. E realça o papel do capital mercantil nesse ramo de atividade.

**Palavras-chave:** Extrativismo vegetal. Flores secas. Diamantina.

**Abstract:** It investigates, by the period between the years 1940-70, the extraction and commercialization of dry flowers in São João da Chapada (Diamantina, MG). Utilizing registry documentation, fiscal and enterprises registries, local newspapers and oral history, are analysed the agents involved, the work's patterns, extraction's control and commercialization of the flowers. The research indicates the similarity of the activity with the diamond mining and the dominant participation of womens and childrens in the collect of flowers. And detaches the role of the mercantil capital in this branch of activity.

**Keywords:** Vegetable extractivism. Dry flowers. Diamantina.

### Introdução

Este trabalho dedica-se a investigar, para o período compreendido entre os anos 1940 e 1970, a extração e a comercialização de flores e botões endêmicos na serra do Espinhaço, concentrando-se no distrito de São João da Chapada, pertencente ao município de Diamantina (MG).

---

\* Doutor em História Econômica pela USP. Professor do Curso de História da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades (FIH) e do Mestrado em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM, Campus Diamantina, MG.

Empregando documentação cartorial, registros fiscais e de empresas, jornais diamantinenses e história oral, são analisados os processos e os agentes envolvidos com a coleta e a comercialização de sempre-vivas, os padrões e as estruturas dessas atividades, enfatizando dimensões como: as formas de trabalho, remuneração e controle da produção extrativista, as práticas de intermediação nos mercados distrital e diamantinense, os serviços de beneficiamento da coleta, etc. A abordagem é eminentemente qualitativa.

### 1. A Serra do Espinhaço e as sempre-vivas

Muitas espécies vegetais de interesse ornamental são encontradas na cordilheira do Espinhaço, singular em suas formas e formação. O Espinhaço, com mais de um bilhão de anos de movimentação constante, é uma cordilheira longa e estreita, repleta de picos e vales, caracterizada por relevo ruiforme – protuberante e rugoso, com predomínio de rochas nuas expostas. Seu comprimento ultrapassa 1.200 km, estendendo-se da porção central de Minas Gerais ao norte da Bahia. Sua largura varia entre 50 e 100 km, e as altitudes oscilam entre 900 e 1.500 m, sendo que seu ponto mais alto – o Pico do Itambé, em Minas Gerais – alcança 2.014 m (ALMEIDA-ABREU, 2005, p. 24).

As terras altas do Espinhaço separam as águas do São Francisco, do Jequitinhonha e do Rio Doce. E constituem um bioma de transição. Nelas, Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga interagem. Suas paisagens são entremeadas por faixas estreitas de matas densas e campos rupestres, ocupantes das vastas áreas compostas por rochas quartizíticas quase-insolúveis, solos arenosos e rasos, pobres em nutrientes. Os campos rupestres são *habitats* de numerosas espécies endêmicas.<sup>1</sup> A vegetação é composta por plantas herbáceas, principalmente por espécies das famílias *Gramineae*, *Cyperaceae*, *Eriocaulaceae* e *Xyridaceae* (COSTA, 2005, p. 139). Há ocorrência esporádica de pequenas árvores, arbustos e subarbustos, destacando-se as conhecidas, e protegidas por lei, canelas-de-ema (plantas da família *Velloziaceae*).

Ao lado das canelas-de-ema, as popularmente chamadas sempre-vivas são símbolos dos campos rupestres. A maioria delas pertence às famílias *Eriocaulaceae* e *Xyridaceae*, sendo plantas que mantêm praticamente a mesma aparência – forma e

---

<sup>1</sup> Na Serra do Cipó, conforme Giulietti *et al* (1987), registraram-se 1.590 espécies de plantas vasculares em uma área de aproximadamente 200 km<sup>2</sup>, comprovando a alta riqueza florística.

coloração – depois de colhidas e secas. As espécies do gênero *Syngonanthus* (*Eriocaulaceae*) são as que alcançam os maiores valores de mercado. É o caso da afamada *Syngonanthus elegans*, que o povo da região de Diamantina denomina “pé-de-ouro”.

Mas este bioma não está livre de ameaças. Conforme a *Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora de Minas Gerais* (MENDONÇA E LINS, 2000), são justamente os campos rupestres que possuem o maior número de espécies ameaçadas (358), seguidos de longe pela Mata Atlântica (87), Cerrado (73) e Caatinga (19). As sempre-vivas do tipo “pé-de-ouro”, “cassimira” (*Syngonanthus niger*) e “brejeira” (*Syngonanthus venustus*) são espécies postas na categoria “criticamente em perigo”.

Uma variedade de fatores ameaça os campos rupestres do Espinhaço Meridional, alguns deles de ocorrência secular. A mineração, a agricultura de coivara, a exploração de madeira, a criação de gado à larga (com uso recorrente do fogo para formar e limpar áreas de pastagem) causaram forte impressão em viajantes oitocentistas, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1974). E, a partir dos anos 1970, a silvicultura (principalmente do eucalipto) vem destruindo áreas extensas das chapadas na região de Diamantina.

O peso econômico da coleta de sempre-vivas em diversas comunidades da região de Diamantina fica evidenciado em depoimentos como o de Normandes de Jesus, agricultor e apanhador de flor, residente na comunidade de Vargem do Inhaí, que figura no vídeo “Sempre Viva”:<sup>2</sup>

A gente sobrevivia aqui de apanhar flor da sempre-viva. Sobe aqui e já está nos campos aqui em cima, onde agora é o Parque Nacional das Sempre-Vivas. Após 2002, que foi o ano que foi implantado o parque, esta comunidade assim diminuiu muito. Tinha média de setenta famílias moradoras, hoje nós estamos em vinte e oito famílias.

Conforme o periódico AUN-USP, do Instituto de Biociências, em 2005, na região de Diamantina, cerca de duas mil pessoas viviam exclusivamente do extrativismo dessa planta.<sup>3</sup> De fato, há décadas Diamantina é o principal polo de comercialização de sempre-vivas do país.

<sup>2</sup> Sempre Viva. Formosa Filmes. Direção de Tiago Carvalho. Produção Articulação Nacional de Agroecologia. Coprodução Canal Saúde/Fiocruz. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/videos/sempre-viva-mg-sudeste>, acesso em: 18/10/2018.

<sup>3</sup> “Sempre-viva corre risco de extinção”. AUN-USP, São Paulo, ano 38, n. 01, 01/04/2005.

A partir dos anos 1990, motivados pela ampla difusão da percepção de que o Espinhaço constitui um *hotspot* de biodiversidade e endemismo, e sob a pressão de ONGs ambientalistas e de universidades, os governos implantaram áreas de proteção integral. Surgiram os parques estaduais do Rio Preto, Serra Negra, Pico do Itambé, Biribiri e Serra do Cabral, e o parque nacional das Sempre-Vivas.

Por conseguinte, na região existem hoje conflitos entre famílias do entorno dos parques e os órgãos ambientais, uma vez que suas atividades – garimpo, extração de orquídeas, sempre-vivas, bromélias, corte de madeira da candeia para produção de lenha e carvão, caça e abertura de pastagens com queimadas – foram proibidas ou dificultadas.<sup>4</sup>

## 2. Natureza, extrativismo e história

A História Econômica delimita a extração ou o extrativismo como aquelas atividades em que se cria valor pela captação de recursos naturais mediante uso de trabalho com pouco capital. O extrativismo sempre esteve presente na história das sociedades, inclusive no mundo contemporâneo. No Brasil, por exemplo, os processos de modernização econômica continuam a conviver com o extrativismo, e mesmo a estimulá-lo. Para ficar somente com o caso da mineração, as companhias industriais seguem empregando complementarmente garimpeiros tradicionais para a exploração de diversos tipos de minerais, aqui como no México (MARTINS, 1997; PEDRÃO, 2001; SCLAR, 1995).

Em quase todos os países americanos – inclusive Canadá e Estados Unidos –, o extrativismo desempenhou papel importante na constituição das colônias. Por um lado, forneceu matérias primas, metais e pedras preciosas; por outro lado, a caça, a pesca e a coleta de raízes e frutos não apenas alimentou as populações coloniais, como deu origem a alguns negócios bastante lucrativos. Basta lembrar o exemplo das peles no século XVII, decisivas para o processo de colonização de vastas áreas da América do Norte (FISHER, 1992). Isso sem esquecer o pau-brasil e as drogas do sertão na colonização inicial de partes da América portuguesa (DEAN, 1996).

A despeito de sua importância econômica, as atividades extrativas são muito difíceis de serem estimadas. A razão é de fácil explicação: desde que se começou a formar sistemas nacionais de estatísticas, e gerar estimativas do produto social, o

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, o documento Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé. SDS-01/02, 2004, p. 12-13.

extrativismo foi posto à margem, tratado como atividade “menor” ou “em declínio”, como uma forma residual de atividade produtiva realizada em separado da produção organizada – aquela que ocorre em fazendas, manufaturas e casas mercantis que têm localização fixa e operação regular.

A História Ambiental, preocupada com a elaboração do inventário mais amplo e completo das relações entre sociedades e naturezas, ensina que os ambientes são sistemas abertos complexos, que têm nos dados da geografia física sua condição inicial e, a partir destes dados, os ambientes são moldados continuamente como resultantes de dois conjuntos principais de fatores: as técnicas e o direito (SILVA, 1997).

A aplicação das técnicas sobre os recursos naturais gera alterações na natureza e nas configurações sociais, econômicas e políticas das sociedades. Na perspectiva de Donald Worster (1991, p. 206-207), é preciso atentar para a cultura material e sua interação com o ambiente natural, por que:

em todo e qualquer lugar, a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades de se manterem vivos. (...) Por mais estreitas que sejam essas possibilidades, elas são um dom tanto da tecnologia quanto da natureza. A tecnologia é a aplicação de habilidades e conhecimentos à exploração do ambiente. (...) Grande parte da história ambiental se dedica justamente a examinar essas mudanças, voluntárias ou forçadas, nos modos de subsistência e as suas implicações para as pessoas e para a terra.

Ora, entre outros desdobramentos, isso significa que “os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros” (DRUMMOND, 1991, p. 182). Noutros termos, o quadro de recursos naturais úteis e inúteis está em interação com os diferentes estilos civilizatórios das sociedades. Pastagens naturais são recursos pouco valiosos para sociedade sem animais domésticos herbívoros. Um metal útil pode ser abundante no território de um povo e, ainda assim, ser ignorado, porque este povo não domina a tecnologia de seu processamento.

Quanto ao direito, trata-se de uma poderosa força de moldagem dos ambientes porque, em qualquer sociedade, há um conjunto de regras, normas e tradições que dão contorno específico para a apropriação e o uso da natureza. Dessa forma, o

ambiente é construído por processos de interação do homem com a natureza inscritos em práticas econômicas, sancionadas pela lei. Esta normatividade é fruto de tensões e enfrentamentos políticos (MARTINS, 2007, p. 37-38).

A análise combinada destas duas dimensões – as mudanças na cultura material e o repertório de normas da sociedade – possibilita compreender melhor a trajetória da “economia da sempre-viva” que movimentou populações diamantinenses.

Não existe referência ao comércio de sempre-vivas nos relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o antigo Distrito dos Diamantes no século XIX. Em 1895, discorrendo sobre o distrito de São João da Chapada, que viria a ser destacada área de coleta de sempre-vivas, José Augusto Neves (1898, p. 3) não menciona a flor, se limitando a dizer:

Os vastos campos da Chapada, Rio Pardo e Campo dos Bois, inferiores aos de São Domingos, oferecem prósperos desenvolvimento de langerinos (*carneiros*); as onças, porém, se encarregam de devastá-la como ao gado vacum, sendo essa a causa principal do abandono em que se acha. As pastagens de campos nativos são variadas e abundantemente regadas e de clima frio.

Nos jornais de Diamantina, as primeiras referências à coleta/comercialização de sempre-vivas remontam aos anos 1940. São pequenas matérias que, por um lado, indicam a variedade de plantas dos campos rupestres exploradas economicamente e, por outro lado, lastimam os preços baixos que se pagavam localmente por elas. Eis alguns exemplos:

Sempre-viva. Aumenta cada ano a exportação da mimosa florinha dos nossos campos – a sempre-viva. Em dias da semana passada vimos, à rua Dr. Francisco Sá, antiga da Quitanda, formidável stock da delicada flor, a secar ao sol, e que será despachada para o Rio. Quem te viu quem te vê! (*Voz de Diamantina*, ano VIII, n. 21, p. 1, 22/04/1945).

A coroa de frade. Já está muito conhecida a mimosa florzinha das nossas campinas – a sempre-viva, não só em todo nosso país, como no estrangeiro. Agora, porém, vai surgindo a procura da coroa de frade (cactus), que abunda em nossos campos e terrenos entre serras. Para enfeites em mesas de salas chics, é um primor! (*Voz de Diamantina*, ano XLI, n. 10, p. 1, 25/01/1948).

A nossa canela. Não deixa de ser um combustível de primeira ordem a canela dos campos de Diamantina. Para aquecer fornos de quitandeiras e acender o fogo pela manhã, não pode haver combustível igual. Uma canela, no entanto, vende-se ainda por 0,50 e

mais um pouco nos negócios de gêneros do país, em Diamantina. Assim como a mimosa sempre-viva, chegará a sua época... (*Voz de Diamantina*, ano IX, n. 51, p. 1, 17/11/1946).

As memórias de moradores indicam que o início do extrativismo das sempre-vivas, no entorno de Diamantina, situou-se no fim dos anos 1930. Veja-se, a propósito, a fala de Maria José Miranda, professora aposentada, 80 anos de idade, residente em São João da Chapada:

Meu pai [Genesco Teodoro Miranda, carpinteiro, garimpeiro] contava em casa que, bem na época do meu nascimento, observou as sempre-vivas, os campos floridos, levou as flores para José Cyrillo, em Diamantina, para ver se havia valor para elas. Antônio Carlos de Araújo, primo de minha mãe, também ajudou. Eles fizeram uma sociedade e começaram a comprar flores nas mãos dos moradores de São João.<sup>5</sup>

Pesquisa do Instituto Terra Brasilis (1999) encontrou registros de remessa de cargas de flores e botões secos para o Rio de Janeiro e São Paulo, datados do ano de 1931. No ano de 1935, tem-se registro da comercialização da sempre-viva “pé-de-ouro” na cidade de Viena, Áustria (BEDÊ, 2006, p. 10). Durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu significativo incremento das exportações de sempre-vivas para a Europa, Estados Unidos e Japão.

As matérias publicadas em jornais diamantinenses corroboram isto. Veja-se, por exemplo, o que publicou José Augusto Neves, com ressentida ironia, em maio de 1945, na *Voz de Diamantina*:

A sempre-viva. Chegou o tempo da colheita dessa bela, alva e mimosa florzinha, nativa das verdejantes campinas diamantinenses. (...) Antigamente, a pobrezinha nascia e morria nos campos, abandonada, sendo poucos os patrícios que a consideravam, dando-se ao trabalho de correr as nossas belas campinas para colhê-la e com ela enfeitar suas moradas. Hoje, pelo contrário, a mimosa florzinha diamantinense é querida, é desejada; fazem dela alto negócio, sendo encaixotada e despachada para grandes casas de comércio do Rio de Janeiro. Conta-se que (...) chegaram a vendê-la três apenas por um tostão, como flor nativa do Japão! Negaram-lhe a pátria, desnaturalizaram-na, enfim, para efeito de negócio! Mas, não! A pobrezinha de então e princesa de hoje, não consentirá jamais que lhe roubem a pátria: “Eu sou de Diamantina, onde a natureza é pródiga, os campos floridos encantam, as cristalinas águas e as serras azuis fascinam! Não! Vendam-me aos quilos, porque hoje eu valho, como

---

<sup>5</sup> Depoimento de Maria José Miranda, 80 anos de idade, professora e diretora escolar aposentada, moradora de São João da Chapada, colhido pelo autor em 04 de abril de 2018.

parente que sou do diamante; (...) mas, oh! por piedade, não me roubem nunca a pátria: Eu sou de Diamantina!” (*Voz de Diamantina*, ano VIII, n. 27, p. 1, 13/05/1945)

O mesmo jornal, um ano depois, noticiaria, desconfiado, a expansão dos negócios de sempre-vivas:

A sempre-viva. Continua espantosa a exportação da nossa florzinha do campo – a sempre-viva, fazendo desconfiar que aumente cada vez mais a sua procura para o estrangeiro. Em quantidade, como tem saído, para adorno, não é possível. Soubemos que, só este ano, Diamantina já exportou para mais de 200 mil quilos da florzinha! Nesse negócio, há *dente de coelho...*, leitor. O preço da sempre-viva tem regulado a 5\$000 o quilo, mas seca. Aí tem coisa! Por que esse consumo formidável da flor? Para adorno? Não é possível. Parece-nos que impera um sigilo de interesse comercial. (*Voz de Diamantina*, ano IX, n. 22, p. 3, 28/04/1946)

Não existia mistério nesse negócio: as sempre-vivas tinham demanda crescente por causa do seu uso no enfeite de casas burguesas e de classe média e, durante a Segunda Guerra, para a confecção de arranjos fúnebres.

Nos anos 1960 e 1970, houve forte expansão dos negócios de sempre-vivas tanto no mercado brasileiro quanto no mercado internacional. O crescimento das exportações de “flores secas” foi assinalado pela pesquisa de Saturnino *et al* (1977), que analisou dados de comércio exterior da CACEX – Banco do Brasil, entre 1971 e 1976.<sup>6</sup> Esta pesquisa apontou algo preocupante: o uso indiscriminado de sempre-vivas, a “ação predatória” de coleta, o encolhimento da área de distribuição de várias espécies visadas pelo comércio. As autoras escreveram que “os pequenos e médios vendedores queixam-se de que já não conseguem material bom e farto, como nos anos anteriores”.

A hipótese de declínio da extração de sempre-vivas foi endossada pela pesquisa de Giulietti *et al* (1988), abarcando as exportações de “flores secas” no período 1974-1986. Os autores notaram a redução no volume de exportações, a drástica redução de populações de algumas espécies endêmicas e a diminuição da área de ocorrência de várias outras.

Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Ministério da Indústria e Comércio), relativos ao período 1970-1997, levantados pelo Instituto Terra Brasilis (1999), permitem localizar o auge da exportação de “flores e botões secos, cortados

---

<sup>6</sup> Os dados do CACEX (Carteira de Comércio Exterior) eram relativos a material da flora nativa, em grande parte originária das serras mineiras (municípios de Diamantina, Joaquim Felício, Buenópolis, Datas, Serro, Gouvêa e outros), com destaque para as *Eriocaulaceae* e *Xyridaceae*.

para ornamentação” no ano de 1978.<sup>7</sup> Nesse ano, o montante comercializado atingiu 886 toneladas. A partir de 1982, os volumes comercializados se situaram em nível bem inferior – configurando a fase de declínio –, com média de 263,6 toneladas/ano, e variação de 56 toneladas para mais ou para menos.

### 3. O distrito de São João da Chapada em meados do século XX

Os trabalhos acadêmicos retratam os distritos coletores de sempre-vivas como espaços habitados por populações negras, dedicadas ao garimpo e atividades de lavoura, criação de gado e extrativismo vegetal, cujo modo de vida depende da liberdade de movimento sobre as serras (ABREU, 2015; LOPES, 2013; MONTEIRO, 2011; SOUZA, 2017).

É justa, historicamente, essa afirmação de que a origem social dos apanhadores de sempre-vivas são famílias camponesas que organizavam seu cotidiano na base da exploração do complexo “grota-chapada”,<sup>8</sup> realizando, em diferentes épocas do ano, roças de toco, faiscação de diamante, extração e criação de gado em campos livres?

As terras do distrito de São João da Chapada integram o divisor de águas das bacias do Rio Pardo, afluente do Rio das Velhas, e do Ribeirão Caeté-Mirim, afluente do Jequitinhonha. A sede distrital está situada a 1.515 m de altitude e é considerada um dos pontos habitados mais elevados do país. Predominam serras de afloramentos rochosos e vegetação de cerrado gramíneo lenhoso e campo rupestre, com clima tropical de altitude: estações úmida e seca bem demarcadas, temperaturas médias oscilando entre 13 e 27° C.

De ocupação colonial antiga, boa parte das terras do distrito pertenceu ao contratador João Fernandes de Oliveira. Nas margens do córrego São João, formou-se, em meados do século XVIII, o povoado de Chapada, em decorrência da extração de ouro. Ali se instalou um quartel e outro surgiu mais ao norte – o Quartel do Indaiá –, nas margens do Caeté-Mirim, rica área de lavra diamantífera, zona na qual os primeiros títulos de propriedade rural datam de 1736. Outro curso d’água rico em

---

<sup>7</sup> Neste período, os principais compradores de sempre-viva eram Estados Unidos, Itália, Holanda, Alemanha e Canadá.

<sup>8</sup> Sobre o complexo “grota-chapada” e a “roça de toco”, ver, por exemplo, os trabalhos de Eduardo Magalhães Ribeiro (2013) e Maria Tubaldini e Lussandra Gianasi (2012).

ouro e diamantes, explorado desde os anos 1730, é o rio Pinheiro, a sudeste da sede distrital (LACERDA, 2014).<sup>9</sup>

No fim do século XIX, o garimpo de ouro e diamante, a extração de madeira, a criação de gado vacum (raça crioula) e as culturas de milho, feijão e mandioca eram as principais atividades econômicas do distrito (NEVES, 1898). Em muitos quintais do distrito havia fumo, café e uva. As pastagens de engorda eram de capim andrequicé e havia outros capins nativos em abundância. Quanto ao movimento comercial, era moroso e reduzido, por falta de vias de comunicação. Na sede distrital, o corógrafo observou “ranchos bem abastecidos e, em algumas ocasiões, em excesso”. Os artesãos e oficinas eram poucos, existindo sapateiros, ferreiros, carpinteiros, fogueteiros e picheleiros.

Os dados demográficos mostram que São João da Chapada conservou população reduzida no correr do século XX. Em 1920, eram 3.140 habitantes. Em 1950, a população recenseada foi de 2.945 habitantes. Em 1955, a população estimada foi de 3.008 habitantes. O Censo de 1970 contou 2.081 moradores no distrito. Houve uma quase estagnação populacional em meados do século e, posteriormente, a partir dos anos 1960, declínio acentuado da população distrital, que, no censo de 2010, somou apenas 1.581 habitantes.

No campo, a cena distrital continuou a exibir mescla de numerosas pequenas posses com poucas médias e grandes fazendas, voltadas para a criação de gado e roças de milho, feijão e mandioca.<sup>10</sup>

Por outro lado, vale assinalar que a mineração continuou com grande movimentação, mantendo-se expressiva a produção das lavras no Campo Sampaio, Água Fria, Córrego do Ouro, Caeté-Mirim, Macacos e Pinheiro. Na medida em que a mineração ocupou a grande maioria da mão-de-obra masculina do distrito, dá-se razão ao que escreveu Aires da Mata Machado Filho (1985, p. 33): “a paixão lúdica da mineração empolga a todos os habitantes, teimosos mineradores”.

Em princípio, os homens sanjoanenses poderiam se ocupar com a coleta de sempre-vivas. Porém, nem agricultores nem mineradores se dedicaram a esse

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre a história de São João da Chapada e da forte influência negra no distrito, ver Aires da Mata Machado Filho (1985).

<sup>10</sup> No Censo de 1950, foram recenseadas em Diamantina 2.601 propriedades rurais, das quais apenas 45 situavam-se no território do distrito de São João da Chapada. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Ano IV, 1950. Departamento Estadual de Estatística. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas da Estatística, 1951.

extrativismo. Não antes dos anos 1980. A atividade foi, por muito tempo, exclusiva de mulheres e crianças. José Augusto Neves, no início de 1945, informou que “as pobrezinhas que a vão colher nos campos, vendem-na a um cruzeiro o quilograma” (*Voz de Diamantina*, 13/05/1945, p. 3. Grifo nosso). Na mesma direção apontam os depoimentos de antigos moradores de São João da Chapada:

Com oito anos, eu saía para catar sempre-viva junto com as tias Tereza Carlos Araújo, Maria Eugênia Carlos Araújo e dona Lita. Um bando de oito a dez pessoas, mulheres e crianças, que ficavam o dia inteiro no Campo Sampaio e Rio Pardo. Isso foi em meados dos anos 1940.<sup>11</sup>

Meu pessoal antigo catava sempre-viva e capa de coco na Vargem do Coqueiro e no Campo da Dona. Eu comecei a catar flor com 16 pra 17 anos [fim da década de 1970], no Campo da Dona e no Ribeirão da Areia. Uma turma de moçaiada, que saía de casa pelas 4:30 ou 5 horas da manhã, com um adulto que mostrava onde panhar. Moças novas pra panhar. Fora esse adulto, normalmente casado com uma mulher da turma ou pai de catadora, não tinha homem não. Mais adulta, eu panhei no lado da Capivara, com Zé Grande, e no Catraio, com Juca Brozinga. As turmas eram de mulher, mocinhas e adultas.<sup>12</sup>

Até os anos 1970, portanto, pode-se admitir com elevada certeza que mulheres e crianças de famílias garimpeiras e camponesas, e mesmo de proprietários e comerciantes da sede distrital, desempenharam quase exclusivamente o papel de apanhadoras de sempre-vivas. Para elas, a sempre-viva representou um meio de acesso a dinheiro e a pequenos circuitos locais de trocas monetizadas, contribuindo para complementar as rendas auferidas pelas famílias. A esse respeito, convém citar os depoimentos de Elza Miranda e Helena Merquíades:

Quando eu tinha vinte anos [fim dos anos 1960], meu grupo colhia no Tombadouro. Eu, minha irmã Nenega e meus irmãos Eli e Tonhão. A terra era de Luiz dos Reis Miranda, que era o comprador do que a gente colhia. A despesa era por nossa conta. Vendia a flor, retirava as despesas e rateava o resultado entre nós. Sobrava um dinheirinho pra gente comprar pano, perfume, coisinhas de moça. Era bom. Não precisava ficar pedindo em casa.<sup>13</sup>

Eu catei flor mais de seis anos. Por dia, tirava de 20 a 30 quilos, dependendo do terreno. Uns dão mais, outros dão menos. A renda que eu tirava era pouca, dava para alimentar, bem pobrezinho, mas

<sup>11</sup> Depoimento de Maria José Miranda, colhido em 04 de abril de 2018.

<sup>12</sup> Depoimento de Helena Merquíades, 48 anos de idade, nascida no Quartel do Indaiá, moradora de São João da Chapada, empregada doméstica, apanhadora de flor por seis anos. Depoimento colhido pelo autor no dia 03/11/2018, em São João da Chapada.

<sup>13</sup> Depoimento de Elza Maria Silva Miranda, 64 anos de idade, funcionária escolar aposentada, moradora de São João da Chapada, colhido pelo autor em 02 de abril de 2018.

dava. Olha, eu parei porque arrumei trabalho em casa de família. O trabalho em casa dava mais, e era certo, recebia por mês. O dinheiro de catador era pouco demais.<sup>14</sup>

Um episódio envolvendo Juca Bruzinga (garimpeiro, dono do Campo Catraio), na década de 1960, deve ser ressaltado, conforme o depoimento de Elza Miranda:

Ele negociava com sempre-viva. E também tinha seus apanhadores, que eram principalmente as mulheres da família. Era um homem duro. Uma vez, no lugar chamado Capela Caída, minha irmã Nenega entrou no terreno dos Bruzinga para apanhar flor. Ele chegou, viu ela lá dentro, e deteve ela. Os dois discutiram muito. A coisa ficou feia. Até seu Juca retirar ela do terreno. Ele mesmo ficava por conta de vigiar os campos dele, e só permitia a entrada dos grupos combinados.<sup>15</sup>

Esse episódio levanta questão crucial: os campos de extração da sempre-viva estiveram abertos, livres e desimpedidos por muitas décadas, sendo fechados somente no auge dos negócios com flores, nos anos 1970? Esta opinião é professada por diversos pesquisadores (ABREU, 2015; GIULIETTI *et al.*, 1988; MONTEIRO, 2011; SOUZA, 2017), e também endossada por antigos apanhadores de flor. É raro deparar com opinião como a de Maria José Miranda, para quem:

No princípio, os campos eram livres, não tinham arame, todos podiam colher sempre-viva. As cercas foram introduzidas por padre Romano Merten, que chegou em São João em 1942. Também nessa época começou a vigia dos campos. O dono do campo contratava vigias, que ficavam meses no mato, armados de espingardas e revólveres, tomava a sempre-viva e expulsavam o coletor. Nos anos 1950, pe. Romano comprou o Campo São Domingos e Bota no Chão. Ele cercou e arrendou para os coletores, em dinheiro.<sup>16</sup>

A imagem de campos extensos, abertos à livre utilização pelas comunidades vizinhas, afigura-se uma idealização difícil de sustentar, algo, aliás, bastante improvável em zonas de povoamento antiga, ricas em terrenos minerais. A documentação cartorária de São João da Chapada mostra que as cercas de arame e de pedra eram elementos da paisagem difundidos já nos anos 1940, na primeira fase de impulso dos negócios extrativistas. Vejam-se uns poucos exemplos:

Protesto. José Soares de Oliveira, possuindo em São João da Chapada um pasto fechado a arame, sito no lugar denominado Pombará, à

<sup>14</sup> Depoimento de Helena Merquiades, colhido em 03/11/2018.

<sup>15</sup> Depoimento de Elza Maria Silva Miranda, colhido em 02 de abril de 2018.

<sup>16</sup> Depoimento de Maria José Miranda, colhido pelo autor em 04 de abril de 2018.

beira do córrego São João, tendo dele documentos legais de posse e domínio; e como tenha chegado ao seu conhecimento que estranhos ali estiveram medindo, sem sua ciência, vem protestar, como protestado tem, contra esse gesto arbitrário, sem sua permissão. São João da Chapada, 22 de abril de 1946. José Soares de Oliveira (*Voz de Diamantina*, ano IX, n. 22, p. 3, 22/04/1946. Grifo nosso).

Escritura de compra e venda que entre si fazem, como outorgantes vendedores o sr. Joaquim Timóteo de Miranda, garimpeiro e agricultor, e sua mulher Dolores Ana Dias de Miranda, profissão doméstica, e como outorgado comprador o Sr. Salvador Nestor de Aguilar, comerciante, todos residentes na vila de São João da Chapada. Data: 19 de janeiro de 1947. Os vendedores são senhores e possuidores livre e desembargado de ônus real ou de hipoteca legal de um pasto de dez alqueires de terras, mais ou menos, cercado de muros de pedras e arame, situado no lugar denominado Cafunil, e igualmente possuidores e senhores de um outro pasto fechado, com cerca de doze alqueires de terras, mais ou menos, situado no lugar denominado Cafunil. (...) Resolvem vendê-los (...) ao outorgado comprador, Sr. Salvador Nestor de Aguilar, a saber: o primeiro pasto pelo preço combinado de Cr\$2.500,00, e o segundo pasto pelo preço de Cr\$4.000,00 (...) que do mesmo comprador declaram receber em dinheiro corrente do país.<sup>17</sup>

Procuração bastante que faz dona Tereza da Cruz Peçanha. Data: 19 de março de 1947. Constitui seu bastante procurador o seu marido Antônio Peçanha Filho, brasileiro, agricultor, casado, domiciliado e residente nesta mesma vila, a quem concede todos os poderes para o Foro em geral (...) para administrar livremente todos os negócios dela outorgante, (...) especialmente para em nome dela vender a quem lhe convier e pelo melhor preço que alcançar, um pasto com respectivo terreno com uma parte fechado de arame, situado no lugar denominado Capim Puba, nesta vila.<sup>18</sup>

Nos anos 1950, começaram a acirrar as disputas pelo controle de campos onde havia coleta farta de sempre-vivas, do que dá exemplo o documento seguinte:

Procuração que fazem José Bazílio Alves e sua mulher Maria dos Reis Soares. Data: 18 de maio de 1958. Constituem procurador o dr. Valmy Lessa Couto com poderes ad-judicia, ad-negotia, em geral e especialmente para mover ação possessória nos terrenos denominados Campos São Domingos (...) contra Sebastião Bispo da Costa e Adão Bispo da Costa, residentes no lugar denominado Fazenda do Cacha Morro, distrito de Inhaí.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Livro de Notas de 1946, Cartório de Paz do Distrito de São João da Chapada, fls. 3-5v. Grifos nossos.

<sup>18</sup> Livro de Procurações de 1941, Cartório de Paz da Vila de São João da Chapada, p. 47. Grifo nosso.

<sup>19</sup> Livro de Procurações de 1941, Cartório de Paz da Vila de São João da Chapada, p. 174. O Campo São Domingos foi uma das áreas mais abundantes de sempre-vivas. José Bazílio Alves foi um conhecido garimpeiro e comerciante de flores no distrito. Seu filho, Antônio do Carmo Alves, conhecido como Antônio de Zé Bazílio, tem pessoal que contrata para colher sempre-vivas nas beiradas das lapas, que passam semanas nesse serviço, sempre no mesmo terreno, que ele afirma ser seu por usucapião. “Nós tiramos 1.200 quilos por safra”. E explica: “O terreno tem três mil hectares, foi integrado ao Parque [Nacional das Sempre-Vivas], mas eu ainda não recebi nada por ele. (...) Eu colhi flor a vida inteira no

De que maneira os intermediários locais do comércio de flores procuraram ampliar o controle dos campos de coleta? Eles lançaram mão do repertório de práticas bem assentado no distrito e em várias outras áreas mineradoras do Espinhaço. Por *repertório* aqui se entende, seguindo A. Swindler (1986) e C. Tilly (1993), o conjunto de recursos (não apenas intelectuais, isto é, formas de pensar, como também *formas de agir*) disponível numa sociedade em certo tempo. Conforme Tilly (1993, p. 264):

Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta (...) e designam (...) um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha.

Os repertórios funcionam como “caixas de ferramentas” às quais os agentes recorrem *seletivamente*, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação, e remetem ao papel que a *experiência compartilhada* tem na explicação de ações e movimentos sociais/intelectuais. Em contextos de mudança, os agentes “geralmente inovam no perímetro dos repertórios existentes ao invés de quebrar inteiramente com as velhas formas” (TILLY, 1993, p. 265-266).

No que concerne ao domínio dos campos de coleta, os intermediários locais reproduziram as ações dos senhores de lavras diamantíferas, que eram useiros e vezeiros em arranjar escrituras de desistência de subsolo e de cessão de direitos de uso de terras. Ajustaram-nas ao seu novo interesse. É o que mostram os documentos transcritos a seguir:

Procuração bastante que fazem Clara Sebastiana da Cruz Dupim, Isolina Alves Dupim, Astrogildo Alves Dupim (solteiro, analfabeto), Luiz Efigênio Dupim (solteiro) e José Maria Dupim (solteiro), maiores, residentes neste distrito, elas domésticos, eles garimpeiros. Data: 16 de dezembro de 1971. Constituem bastante procurador Geraldo Alves Dupim Sobrinho, casado, garimpeiro, residente em São João da Chapada (...) para outorgar escritura de venda de uma parte de terras com área de três alqueires, no lugar denominado Pau Torto, Fazenda do Caeté-Mirim, terras de carrascos, campos e culturas, vendendo cada herdeiro 30 litros do que possui ao Sr. Mário Israel

---

meu terreno, e só vou parar no dia que eles tratarem da minha família. Caso contrário, vou continuar colhendo”. “Extratativismo e artesanato”, *Revista Sagarana*, n. 48, p. 81, 2014.

Peçanha, brasileiro, comerciante, casado, residente em São João da Chapada.<sup>20</sup>

Procuração bastante que fazem Clemente Alves Dupim e sua mulher Ambrosina de Araújo Dupim, Salvador Nestor de Aguiar e sua mulher Benedita de Araújo Aguiar, Maria Hilária de Araújo (viúva), Maria José Bruzinga Araújo (casada), todos brasileiros residentes neste distrito (...) por este público instrumento e nos termos do direito nomeiam e constituem bastante procurador Lázaro Virgílio de Araújo, brasileiro, casado, agente do correio, residente neste distrito de São João da Chapada, a quem outorgam poderes (...) para ceder ao senhor Mário Israel Peçanha, casado, comerciante, todos os direitos que possuem no lugar denominado Ribeirão de Areia, neste distrito (...). Data: 11 de outubro de 1972.<sup>21</sup>

Procuração bastante que fazem Manoel Benedito Lopes Vieira Leite e Geraldo Lopes Vieira Leite, solteiros, garimpeiros, residentes no distrito de São João da Chapada. Data: 20 de setembro de 1974. Constituem seu bastante procurador dr. Gustavo Botelho Jr., brasileiro, casado, estagiário, residente em Diamantina, a quem outorgam poderes (...) para vender a Manoel Reginaldo Dias, brasileiro, casado, residente neste distrito, todos os direitos hereditários que os outorgantes tenham ou possam vir a ter por falecimento de seus pais, na Fazenda da Capivara e Bainha (...).<sup>22</sup>

A prática do arrendamento envolveu principalmente os proprietários dos campos e os negociantes distritais de sempre-vivas. Dois lugares onde o arrendamento dos campos se notabilizou foram o Campo São Domingos e o Campo Arrenegado. Ao adquirir a propriedade de grande parte do Campo São Domingos, ainda nos anos 1950, cercando-o com “pau e arame”, o padre Romano Merten passou a cobrar dos coletores de flores taxa de 10%. O mesmo foi feito pela família diamantinense proprietária do Campo Arrenegado, a partir dos anos 1960. Depois, a preferência dos arrendamentos mudou para os negociantes de flores, os quais exploravam os campos com suas turmas próprias de coletores (MONTEIRO, 2011, p. 187-188).

Quanto à organização da coleta de flores, os intermediários locais adaptaram as normas costumeiras que vigiam no garimpo. É o que se discute deste ponto em diante.

---

<sup>20</sup> Livro de Procurações de 1963, Cartório de Paz da Vila de São João da Chapada, p. 34. Mário Israel Peçanha foi (e ainda é) um dos mais destacados compradores de flores de São da Chapada, desde os anos 1970.

<sup>21</sup> Livro de Procurações de 1963, Cartório de Paz da Vila de São João da Chapada, p. 43.

<sup>22</sup> Livro de Procurações de 1963, Cartório de Paz da Vila de São João da Chapada, p. 56. Manoel Reginaldo Dias foi garimpeiro e comprador de sempre-viva. Seu filho, Zé Grande, é hoje um dos compradores de flor que ainda restam no distrito de São João da Chapada.

#### 4. A coleta da sempre-viva em São João da Chapada

A época da “panha” ou da “campina” estendia-se de janeiro a agosto, tendo seu auge nos meses de maio e junho. Os depoimentos de antigos apanhadores de flor explicam o calendário anual da coleta no distrito de São João da Chapada. Segundo Elza Miranda, no mês de janeiro, apanhava-se a “janeirona” ou “flor de janeiro”; em abril e maio, até junho, no máximo, os coletores se concentravam na “flor do tempo”, quando se alcançava o auge do movimento nas campinas; de julho a agosto, era a vez de colher o “botão branco peludo” (*Paepalanthus macrocephalus*) e a “jazida” (*Syngonanthus xeranthemoides*).<sup>23</sup> Helena Merquíades informou que, “em janeiro, as turmas pegavam a ‘flor de janeiro’ e a ‘pé-de-ouro’ começava a abrir. Em abril e maio, panhavam a ‘pé-de-ouro’ e ‘brejeira’. Mais no final, de julho pra agosto, colhiam a ‘jazida’, o ‘botão branco’, a casca de pau-santo [fruto] e a capa de coco”.<sup>24</sup>

A propósito das jornadas de coleta de flores, e da rotina dos apanhadores nas campinas, vejam-se os depoimentos seguintes:

A gente passava meses na Capivara. Havia rancho lá, coberto de capim, de pau-a-pique, um cômodo grande com os quartos e cozinha. Saía para o campo às 6 horas da manhã e voltava às 5 horas da tarde. Colhia o dia inteiro. Na volta pro rancho, as flores eram arrumadas, formava os montes, batia, os pacotes eram postos para secar na terra. Banho a gente tomava no mato mesmo. A lavagem de roupa era nos domingos. Comida era comprada em São João e ficava armazenada no rancho. No Tombadouro, havia um rancho e acampamento em lapa, na Lapa do Sobrado. No rancho, a gente dormia em jiraus de pau e colchão de palha. Ouvia rádio antes de dormir.<sup>25</sup>

Nos anos 1950, a gente saía de São João para os campos 2 ou 3 horas da madrugada, e com lua mais cedo ainda. Chegava no Rio Pardo por volta das 9 horas da manhã e cada uma trabalhava individualmente. Apanhava com uma mão, botava debaixo do braço; quando ajuntava muito, colocava no chão e continuava o trabalho. Comia rapadura com farinha na trouxinha, feijão tropeiro, ensuado, sentava nas pedras para comer e tomava água do campo mesmo. Almoçava por volta de meio-dia, uma hora da tarde. A coleta se estendia até as 4 ou 5 horas da tarde. Os volumes de sempre-vivas a gente amarrava com embira e trazia na cabeça. Chegava em São João bem de noite, arrumava as flores e, só depois, ia jantar, tomar banho e dormir.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Depoimento de Elza Miranda, colhido em 02 de abril de 2018.

<sup>24</sup> Depoimento de Helena Merquíades, colhido pelo autor em 03/11/2018. Segundo ela, a “flor do tempo” englobava o “botão branco”, a “espeta-nariz” (*Rhynchospora globosa*), a “minissaia”, a “cabeça de macaco”.

<sup>25</sup> Depoimento de Elza Miranda, colhido em 02/04/2018.

<sup>26</sup> Depoimento de Maria José Miranda, colhido em 04/04/2018.

Nos anos 1970 e 1980, a dinâmica da coleta nas campinas não sofrera alteração de monta, como indica o depoimento de Helena Merquíades:

A turma do Zé Grande costumava ter oito pessoas. Cada um panhava o seu. O pagamento a gente recebia quando as flores eram vendidas pra Diamantina. A turma ficava no campo quinze dias, dormia em rancho, feito de pau-a-pique e coberto de capim. No rancho tinha fogão de lenha (de tábuas e tabatinga), jirau de vara, colchão de capim e travesseiro de paina. No campo, a gente comia a despesa levada pelo dono da turma, cozinhava no rancho, enchia as marmitas de cada um e ia pra panha. Eu acho que a despesa era descontada da panha da flor. Eles não falavam, mas devia de ser assim. Hoje, eu acho que era assim.<sup>27</sup>

Estes depoimentos claramente desautorizam qualquer idealização do trabalho realizado pelos apanhadores de flores no Espinhaço, uma vez que a tarefa era fisicamente extenuante, e as condições de sua realização bastante precárias. Ademais, havia muita competição entre as turmas coletoras, como revelam os depoimentos seguintes:

Havia muito roubo de flor nos campos. O povo saía de São João e ia roubar na Capivara, no Campo Sampaio, no Rio Pardo; escondia as flores roubadas na serra e depois trazia para vender. Também coletava muito à revelia dos donos dos campos. E, não raro, uma turma de coletores ludibriava a outra. Tinha discussão e briga. Era preciso ficar de olho. E não abaixar a cabeça pra outro grupo.<sup>28</sup>

Cada turma de coletor tinha seu lugar de colher. A gente não podia passar pra lá, nem eles pra cá. Os campos tinham cerca e eram vigiados. Mesmo assim, costumava ter muito roubo de flor de madrugada. Entravam nos pastos em época de lua clara, na Semana Santa principalmente. O Zé Grande rondava a cavalo os campos dele, tanto pra ver onde já estava tudo aberto [as flores] como pra ver se não tinha gente panhando. Se achava, punha pra correr e advertia para não entrar mais.<sup>29</sup>

Há de se levar em conta também o papel dos intermediários na extração das sempre-vivas, começando pela análise dos acertos realizados entre estes e os coletores. Novamente, os depoimentos de antigas apanhadoras de flores são esclarecedores:

A catação era a meia. A gente recebia era pela metade da quantia em peso e recebia o dinheiro depois da venda da flor. Meus tios vendiam para um comprador de Diamantina. Ele vinha a São João quando as

<sup>27</sup> Depoimento de Helena Merquíades, colhido em 03/11/2018.

<sup>28</sup> Depoimento de Maria José Miranda, colhido em 04/04/2018.

<sup>29</sup> Depoimento de Helena Merquíades, colhido em 03/11/2018.

flores estavam secas. Os coletores só panhavam e secavam. O comprador pesava e providenciava o transporte. A gente recebia à meia e a despesa era por nossa conta.<sup>30</sup>

O Zé Grande vendia as flores catadas na Capivara para Hermes Farnezi. Trazia a flor do campo em animal que ele mesmo tinha. Mas quando era muita, contratava caminhão. Os buquês saíam do campo prontos, só que a gente vendia pra ele a flor verde, era preço menor. Sempre à meia. Ele, então, mandava pôr na porta do rancho, no sol, pra secar. Não podia tomar chuva, porque amarelava e, aí, perdia. Quando as flores secavam, Zé Grande pesava de novo, trazia pro comércio em São João, onde ele armazenava tudo num cômodo que ele tinha.<sup>31</sup>

A meação entre apanhadores e negociante local era similar ao esquema do garimpo, no qual tradicionalmente imperou, desde os anos 1830, o sistema de *praça e meia-praça* (MARTINS, 1997).<sup>32</sup> Os intermediários locais classificavam as flores, secavam-nas e cortavam suas hastes, encaixotavam o produto e despachavam-no para os compradores instalados em Diamantina. Para tais tarefas, empregaram em galpões ou casas de São João da Chapada muitos trabalhadores, a maioria mulheres. Veja-se o testemunho de Elza Miranda:

Acioli recebia as flores e punha num grande galpão. Contratava gente para arrumar as flores: limpar, classificar, separar e fazer os molhos, embalar em caixas de papelão. Zé Pretinho tomava conta das turmas de arrumação, que eram de moças. Dava trabalho para muitas mulheres. Serviço pesado. Havia também os compradores João Romeu e seu Luluzinho. Cada um com sua turma de mulheres pra arrumar as flores.<sup>33</sup>

O controle dos negociantes de flores sobre a produção das campinas se manifestava também, diretamente, na decisão do que aceitar e do que recusar. Conforme o depoimento de Helena Merquíades, os negociantes de São João:

Não compravam botão vermelho, que é a flor que ainda não abriu direito. Eles também não compravam flor ruim, flor que tomou neblina, encheu de água e que, por isso, quando seca, fica manchada de amarelo. Se tomava muitos dias de neblina, as flores mofam todas,

---

<sup>30</sup> Depoimento de Elza Miranda, colhido em 02/04/2018.

<sup>31</sup> Depoimento de Helena Melquíades, colhido em 03/11/2018.

<sup>32</sup> No tempo do garimpo braçal, descontadas as despesas, o resultado da apuração do serviço de lava era dividido meio a meio entre os trabalhadores e o dono do garimpo, que era quem geralmente fornecia alimentação e abrigo. O dono da terra costumava receber 10% do resultado bruto.

<sup>33</sup> Depoimento de Elza Miranda, colhido em 02/04/2018. Conforme Maria José Miranda: “Ana Trindade Miranda foi chefe das moças que arrumavam as flores pra ele. Elas eram remuneradas por este trabalho. O corte das hastes quem fazia era um homem”. Depoimento de Maria José Miranda, colhido em 04/04/2018.

ficam pretas. Essas, eles não compravam de jeito nenhum. Eles olhavam com cuidado, e costumavam recusar muita coisa.<sup>34</sup>

## 5. A economia da sempre-viva: o controle do capital mercantil

Nos primeiros tempos da extração comercial de sempre-vivas, a produção dos campos da região de Diamantina ia dar praticamente inteira nas mãos de José Cyrillo dos Santos, que foi o pioneiro na comercialização de flores secas. José Cyrillo dos Santos montou uma pequena rede de colaboradores nos distritos, especialmente Conselheiro Mata, Inhaí e São João da Chapada, os quais providenciavam as cargas de flores verdes. As cargas chegavam à sua loja, no centro de Diamantina, eram postas a secar, separadas, embaladas e, finalmente, remetidas por trem em atendimento aos pedidos feitos por empresas cariocas e paulistas. Conforme o depoimento de sua filha Maria Cyrillo:

As flores chegavam na loja verdes. Tinham que secar. Elas iam pra rua, ficavam postas nas pedras da rua da Quitanda. A rua repleta de flor, de cima a baixo. Ninguém mexia nelas nem roubava uma flor. Se vinha chuva, corriam pra avisar meu pai e ajudavam a recolher as flores dentro da loja. Era uma beleza.<sup>35</sup>

O estabelecimento de José Cyrillo dos Santos, fundado em 1905, era composto por uma loja e uma fabriqueta de calçados, ambas reunidas sob o nome de “Casa Cyrillo”. Anúncios de jornais locais atestam o longo funcionamento da casa, cujas portas ficaram abertas até os anos 1960:

Atenção. José Cyrillo dos Santos avisa a sua numerosa freguesia que acaba de receber grande stock de calçados para homens, senhoras e crianças, e que, a título de reclame, está vendendo os mesmos a preços módicos. Visitem a Casa Cyrillo antes de fazer suas compras de calçados, chapéus, roupas feitas, roupas para frio, perfumarias e artigos para presentes. Rua Dr. Francisco Sá – Esquina Campos Carvalho – Diamantina (*Voz de Diamantina*, ano I, n. 8, 04/04/1936).

As informações contábeis da Casa Cyrillo oferecem uma pálida idéia do comércio de sempre-vivas na Diamantina dos anos 1940-50. Não há dados sobre os volumes comprados pelo comerciante, somente cifras referentes aos pagamentos pela compra de “flores naturais” e dos “fretes de flores”. Tampouco há dados sobre as

<sup>34</sup> Depoimento de Helena Merquíades, colhido em 03/11/2018.

<sup>35</sup> Depoimento de Maria Cyrillo dos Santos, comerciante, 80 anos de idade, residente em Diamantina, colhido pelo autor em 12/11/2018.

vendas dessa mercadoria. A riqueza de detalhes dos registros varia consideravelmente de ano a ano. A tabela abaixo sintetiza as informações sobre os negócios de sempre-vivas da firma de José Cyrillo dos Santos:

Tabela 1 – Despesas (Cr\$) com flores naturais da Casa Cyrillo, 1943-1954

Ano	Pgto. Flores (1)	Pgto. Fretes (2)	Total (1+2)
1943	19.337,00	211,50	<b>19.548,50</b>
1946	303,00	-	<b>303,00</b>
1947	28.491,70	-	<b>28.491,70</b>
1948	48.324,50	119,00	<b>48.443,50</b>
1949	19.011,90	4.348,50	<b>23.360,40</b>
1950	5.538,10	1.738,70	<b>7.276,80</b>
1951	6.450,20	4.649,90	<b>11.100,10</b>
1952	124.700,00	4.400,20	<b>129.100,20</b>
1953	9.360,00*	2.031,40	<b>11.391,40</b>
1954	33.157,50	3.642,50	<b>36.800,00</b>

Fonte: Livro Diário da firma José Cyrillo dos Santos, aberto em 07/01/1948. Livro Diário (1932-1947), aberto em 21 de março de 1932. Livro de Contas Correntes (1931-1943). Acervo de Maria Cyrillo dos Santos. Diamantina, MG.

\* Valor da compra, em março, de 3,12 toneladas de flores naturais.

A Tabela 1 sugere: a) que houve grandes oscilações no montante de flores negociadas ano a ano; b) que os recursos investidos pela firma de José Cyrillo dos Santos nas flores naturais eram fração pequena do montante de suas compras anuais de mercadorias, porque as despesas com flores representaram, na média do período, 12,94% do valor das mercadorias inventariadas nos balanços anuais; c) que era baixo o preço pago pelo quilo de flor aos extratores (Cr\$3,00, em 1953).<sup>36</sup>

A firma de José Cyrillo dos Santos, pioneira na compra de sempre-vivas, não tinha esse ramo de negócio como atividade exclusiva nem principal. As flores naturais constituíram mais uma oportunidade, entre outras, de lucro mercantil. Como também os aparelhos de rádio, as vitrolas e os discos a partir de meados dos anos 1940.

No período 1943-54, os livros contábeis da Casa Cyrillo não deixam dúvida quanto ao principal comprador das sempre-vivas de Diamantina: foi o comerciante radicado em São Paulo, de origem espanhola, José Ogéa Rodriguez. Tratava-se de um

<sup>36</sup> Os depoimentos de apanhadores de flores convergem ao estimar em mais ou menos 30 quilos o resultado de um dia de coleta em campo abundante. Logo, o valor diário auferido pelo extrator seria de, aproximadamente, Cr\$90,00. Assim, no auge da coleta – meses de abril e maio – os extratores receberiam cerca de Cr\$1.350,00 (as jornadas de coleta duravam cerca de 15 dias). Isto é, pouco mais que o valor do salário mínimo (Cr\$1.200,00, decreto n. 30.342, de 1951) ou o dobro do que um trabalhador de enxada receberia por mês. Nessa época, o salário médio diário dos trabalhadores de enxada em Minas era de Cr\$31,00 para homens e Cr\$21,00 para mulheres, conforme o *Anuário Estatístico de Minas*, 1950, p. 280.

maçon, irmão fundador da Loja São Paulo n. 43, em setembro de 1945, que fora membro da Loja Renovação Universal 365, de Buenos Aires. Homem muito rico, envolvido com exportação/importação.

Outro negociante que competiu com José Cyrillo dos Santos no ramo das sempre-vivas, e que também se associou ao exportador paulista José Ogéa Rodriguez nos anos 1950-1960, foi o sanjoanense Acioli Fernandes. “Comerciante forte” da sede distrital, assumiu o negócio de secos e molhados de seu pai, Raimundo Fernandes, nos anos 1940, figurando inúmeras vezes na documentação da Coletoria Estadual de Diamantina, como na solicitação seguinte:

Exmo. Sr. Coletor Estadual de Diamantina. Solicito-lhe o obséquio de me fornecer uma guia para a seguinte devolução: Remetente: Acioli Fernandes. Residência: S. João da Chapada. Destino: Belo Horizonte. Destinatário: Franco & Cia. Espécie: 1 caixa de calçados. Valor: Cr\$3.802,00. Atenciosamente Acioli Fernandes. (Sem data).<sup>37</sup>

Como era comum na época, Acioli Fernandes possuía outros afazeres além da loja. Cuidava de uma propriedade sita no lugar denominado Luiz Carlos, próxima a São João da Chapada, que pertencia a Dolores Vidigal. Ali, ele criava gado e, em meados dos anos 1950, descobriu um garimpo que deu bastante diamante. Então, empregando o dinheiro obtido na mineração, começou a comprar sempre-vivas nos territórios de São João da Chapada e de Santa Rita. Conforme o depoimento de seu filho:

Meu pai fez uma sociedade com José Inocêncio da Cruz, vulgo Zeca de Lodi para comprar flores. Meu pai comprava sempre-viva seca, e Zeca de Lodi comprava sempre-viva verde. Tudo ficava armazenado em um depósito, que era uma casa grande, com 23 cômodos, situada diante da loja. Os extratores colhiam em todo canto, até em Buenópolis e vendiam ao meu pai. As flores chegavam ao depósito geralmente em tropas de burro. Eram descarregadas e preparadas. Nisso trabalhavam de 15 a 20 moças: arrumavam as flores, separavam por tipo, empacotavam dentro de balaios de taquara, forrados com jornais, cada balaio com capacidade para 80-100 kg. Esses balaios eram fabricados por seu Raimundo Balaieiro, que vinha de

---

<sup>37</sup> Diversos. Coletoria Estadual Diamantina. Maço 481. BAT-IPHAN, Diamantina. No Livro de Caixa. Tesouraria. Início em 02/12/1966. Término em 11/01/1968, da Prefeitura Municipal de Diamantina, há registros diversos de impostos pagos por Acioli Fernandes referentes ao seu estabelecimento em São João, como o de 09/01/1967, fl. 16, no valor de Cr\$19.030,00, número das minutas 26 e 31. Arquivo da Prefeitura Municipal de Diamantina, Diamantina, MG.

Diamantina. Os balaios cheios iam pra Diamantina de caminhão; depois, seguiam para São Paulo de trem.<sup>38</sup>

A mesma fonte é incisiva, ao elucidar o destino das sempre-vivas amealhadas pelo comerciante sanjoanense e seu sócio Zeca de Lodi:

Nos anos 1950 e 1960, a sociedade do meu pai com Zeca de Lodi vendeu uma média de 60 a 80 toneladas/ano de sempre-vivas. E sempre para os mesmos compradores paulistas, os irmãos Ernesto e José Ogéa Rodriguez, que eram exportadores. O sr. Ernesto veio a São João da Chapada várias vezes. E meu pai ia todo ano a São Paulo para fazer com os irmãos Ogéa as combinações. Acertavam o preço de venda da flor. Esse acordo com os paulistas durou muitos anos.<sup>39</sup>

O vínculo entre Acioli Fernandes e os irmãos Ogéa Rodriguez não envolvia o repasse, pelos segundos, de capital para a compra das flores nas regiões de extração. Exatamente como fora também a combinação com a Casa Cyrillo. No caso específico de Acioli Fernandes, isso gerou uma dificuldade contínua, pois ele não possuía capital suficiente para bancar todos os pagamentos pelas flores. Como ele enfrentou isso?

De um lado, manteve com determinados grupos de coletores o arranjo de comprar “fiado” as sempre-vivas, condicionando o pagamento à venda aos paulistas da mercadoria. Uma vez recebido o dinheiro dos Ogéa Rodriguez, efetuava os acertos com os apanhadores. De outro lado, ele recorreu à tomada de empréstimos na mão de Hélio Veríssimo Dias, comerciante e dono de caminhão residente em São João da Chapada. Também tirava dinheiro da sua loja para quitar negócios de sempre-viva.

Nos anos 1960, quando já era grande o volume de flores secas comercializadas a partir de Diamantina, chegaram à cidade novos negociantes interessados nas sempre-vivas, ávidos por informações sobre o funcionamento do setor. José Cyrillo dos Santos foi, talvez, o principal apoio que encontraram. Dentre esses, ganhou destaque uma carioca que se radicou na cidade, ficando conhecida como dona Alzira do Rio.

Na segunda metade da década de 1960, esta rica senhora comprou sempre-vivas de diversos pequenos negociantes locais. Residiu no Hotel Esplanada e no Grande Hotel. Adquiriu experiência no ramo, realizou contatos nos distritos de

---

<sup>38</sup> Depoimento de Edson Santana Fernandes, colhido em 26/11/2018, comerciante aposentado, com 76 anos de idade, residente em São João da Chapada. Raimundo Gomes, o fabricante de balaios, é mencionado também na documentação fiscal da Casa Cyrillo, recebendo pagamentos por balaios para empacotamento de flores.

<sup>39</sup> Depoimento de Edson Santana Fernandes, colhido em 26/11/2018.

Diamantina e terminou sócia de Acioli Fernandes, substituindo os irmãos Ogéa Rodriguez na condição de principal exportadora, utilizando o porto do Rio de Janeiro para abastecer, principalmente, os Estados Unidos. A respeito da sociedade (informal) de dona Alzira e Acioli Fernandes, o depoimento seguinte é elucidativo:

Foi no início dos anos 1970 que ela convidou meu pai para fazer uma sociedade. E nisso, meu pai aceitou. Dona Alzira tinha o capital e disponibilizava-o para meu pai realizar as compras de sempre-vivas. O capital vinha do Rio de Janeiro, na conta dela. Eles, então, montaram um depósito de flor ao lado da linha da E.F.C.B., no Largo Dom João. A sociedade durou muitos anos, até o começo da década de 1980.<sup>40</sup>

A trajetória de Mário Israel Peçanha lança mais luz sobre os personagens intermediários da cadeia de negócios da sempre-viva. Como José Cyrillo dos Santos e Acioli Fernandes, ele será chamado, daqui em diante, de *comissário de flores*.

Mário Israel Peçanha, nascido em São João da Chapada no final de 1937, foi primeiro garimpeiro. Nunca colheu sempre-vivas, mas começou a negociar com elas no ano de 1967. Estava-se, então, em plena “febre da sempre-viva”, de maneira que resolveu investir no ramo o dinheiro que havia tirado no garimpo. Conforme suas palavras:

Juntei com Durval Roberto de Miranda. Compramos flor, tudo verde, na região toda, e revendemos para Acioli Fernandes e dona Alzira, e também para João Grilo, de Diamantina. As flores verdes, ao secarem, davam perda de 40%. As flores iam embora de São João em balaios de taquara. Ficamos dois anos assim, comprando flor picado, um pouco de um, um pouco de outro, e revendendo pra Acioli e seu sócio local José Inocêncio da Cruz.<sup>41</sup>

No início dos anos 1970, o “alemão” Schneider estabeleceu vínculo com Mário Peçanha e seu sócio Durval de Miranda. Os dois, então, tornaram-se compradores associados ao empresário catarinense. Novamente, ouça-se a história narrada por Mário Peçanha:

Apareceu aqui em São João um alemão, de nome Schneider, de Santa Catarina. Era dono de uma fábrica de parafusos. Parou na porta com um fusca, se apresentou dizendo que queria fazer negócio comigo. Foi fora da época da safra, mas eu tinha ainda um pouco de flor pra mostrar. Ele gostou do que viu. Combinou de mandar o dinheiro toda

<sup>40</sup> Depoimento de Edson Santana Fernandes, colhido em 26/11/2018.

<sup>41</sup> Depoimento de Mário Peçanha, ex-garimpeiro, comerciante, negociante de flor, morador de São João da Chapada, com 81 anos de idade. Colhido pelo autor em 06/11/2018, em São João da Chapada.

safra, enquanto eu devia vender pra ele toda flor que juntasse. Ele só queria saber de sempre-viva, “pé-de-ouro”, “brejeira”, “minissaia” [*Syngonanthus arthrostrichus*], “jazida” e “botão-branco”. Nós ficamos nessa combinação por dez anos, até começar a década de 1980. Foi com ele que eu fiquei forte no negócio de flor.<sup>42</sup>

A sociedade informal funcionava de maneira bem simples. Schneider adiantava, em cada safra, capital aos dois negociantes sanjoanenses, enviando em nome deles numerário para a agência de Diamantina do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Mário Peçanha, então, saía pelos campos a comprar as flores. Ao se aproximar o fim da safra, geralmente em outubro, Schneider mandava a São João caminhões para recolher a mercadoria. Ainda conforme Mário Peçanha, no decurso dos anos 1970, em cada safra eles entregaram ao “alemão”, em média, de 5 a 6 mil quilos de flores secas.

O trabalho do *comissário de flores* Mário Peçanha é descrito por ele:

Eu montava na mula de madrugada, armado de facão e revólver 38. Punha no alforje goiabada, queijo, farofa e saía pros campos. Ia a Santa Rita, Sopa, Buriti, Campo São Domingos, Macacos, Campo Triste, percorria a região inteira. Fazia os acordos com os coletores, comprava 400, 500 kg de uma turma aqui e ali. As flores vinham depois em lombo de burro. De Santa Rita, por exemplo, costumava ter de fazer duas viagens de tropa, cada burro carregado com 80 ou 90 quilos de flor seca. Eu levava muito dinheiro, trocadinho, para facilitar o pagamento dos coletores. Para alguns, eu fazia adiantamento de dinheiro para ter a preferência na flor. Para outros, ficava devendo e pagava depois, quando a mercadoria era vendida.<sup>43</sup>

Nessa fala, convém ressaltar dois fatos. O primeiro é a estratégia de garantir o privilégio (monopólio) na compra do resultado do trabalho de grupos coletores que extraíam nos campos mais abundantes, o que mobilizava a construção de laços pessoais com os chefes e integrantes dos grupos, bem como o adiantamento de dinheiro. O segundo, estreitamente vinculado ao primeiro, é a competição entre os comissários de flor para amealhar a maior parte possível das safras anuais de sempre-vivas.

Mário Peçanha e seu sócio Durval de Miranda também compravam a varejo flores oferecidas na porta dos depósitos por pequenos catadores isolados. O depoimento é o seguinte:

---

<sup>42</sup> Depoimento de Mário Peçanha, colhido em 06/11/2018.

<sup>43</sup> Depoimento de Mário Peçanha, colhido em 06/11/2018.

Aqui na rua [São João], na época da safra, toda noitinha tinha gente fazendo venda picada de flor. A gente comprava de um e de outro 5, 8, 10 quilos. Todo dia era esse movimento, de gente que colhia em áreas perto da rua, porque tinha muita sempre-viva nos pastos, em todo lugar.<sup>44</sup>

A rotina do *comissário de flores* Mário Peçanha dependia, no entanto, das imposições vindas do agente exportador. No caso, o empresário Schneider de Santa Catarina. Quem era esse *exportador de flores secas*?

O envolvimento dos Schneider de Joinville (SC) com flores brasileiras era antigo. Karl Schneider, aos 27 anos, emigrou da Alemanha para Santa Catarina, desembarcando no ano de 1881. Instalou-se em Joinville e abriu uma loja chamada Casa do Aço. O pequeno negócio lidava com importação e exportação. Importação de ferragens, louças, tecidos, parafusos e porcas metálicos. Foi Karl Schneider quem trouxe ao país as primeiras bicicletas e importou sementes de flores européias. Quanto às exportações, a Casa do Aço operava com mel, frutas, conservas e flores secas.<sup>45</sup>

Com as dificuldades geradas pela Segunda Guerra Mundial, praticamente paralisando a importação de artigos metálicos da Europa, os negócios da Casa do Aço – sob a batuta do filho de Karl, Hans Emílio Carlos Schneider, que estudara comércio na Alemanha –, tomaram novo rumo. A família investiu em uma fábrica de parafusos e porcas, em 1959, bem como no fortalecimento do negócio de flores secas. A fábrica de parafusos transformou-se na Ciser Parafusos e Porcas, uma das gigantes do setor no Brasil. A HCS Exportação de Flores Secas, criada e dirigida por Carlos Frederico Adolfo Schneider, outro filho de Karl, entrou decididamente no comércio de sempre-vivas extraídas na região de Diamantina no ano de 1967. O próprio Carlos Frederico Adolfo Schneider, segundo Mário Peçanha, esteve em São João da Chapada duas ou três vezes.

### Considerações finais

Os negócios de sempre-vivas na região de Diamantina começaram em fins dos anos 1930, estimulados pela demanda de países estrangeiros. Não são seculares como

---

<sup>44</sup> Depoimento de Mário Peçanha, colhido em 06/11/2018.

<sup>45</sup> As informações sobre os Schneider e seus negócios em Joinville foram tiradas da *Revista do Parafuso*, n. 17, 2009.

o garimpo ou a criação de gado à larga nas chapadas, atividades relacionadas com a ocupação colonial.

A renda da “panha” de flores na serra, embora pequena, contribuiu para complementar os recursos de famílias dispersas em áreas mais ou menos isoladas da região. O dinheiro da flor possibilitou especialmente às mulheres coletoras participar de circuitos miúdos de troca monetizada e fortalecer seu papel no âmbito das famílias. Porém, não se deve exagerar a dimensão dessa renda: ela jamais ensejou, à maioria dos extratores, processos mais robustos e duradouros de capitalização.

Faz pouco sentido pensar a coleta das sempre-vivas no distrito de São João da Chapada até os anos 1970 como atividade livre, realizada pela vontade autônoma e soberana dos *apanhadores de flores*, em espaços amplos e desimpedidos, possuindo, por isso mesmo, a marca da mobilidade. Este trabalho reuniu dados suficientes na direção de indicar que o “fechamento” dos campos da serra começou ainda nos anos 1940. Na verdade, as áreas mais abundantes em sempre-vivas foram alvo de controle, por meio de compra, cessão de direitos de uso, arrendamentos. Essas formas de “fechamento” dos campos apenas recrudesceram na fase de auge dos negócios de sempre-vivas, nos anos 1970 e início dos anos 1980.

O papel central dos negociantes (*comissários de flores e exportadores*) na “economia da sempre-viva” impõe o reconhecimento da clara diferença entre a extração realizada como estratégia de sobrevivência por trabalhadores livres e a extração realizada como estratégia do capital, seja por grandes ou por pequenos capitalistas. Os negócios de sempre-vivas no distrito de São João da Chapada foram, desde o início, um aspecto do controle e do manejo de uma *periferia* pelo capital mercantil nela aplicada, gerando rendas que contribuíram para a formação de capital fora dele, em grandes centros do Sudeste e Sul do país. Um negócio de tipo colonial.

### Referências bibliográficas

ABREU, Manuela Muzzi de. **Territorialidade e pertencimento**: olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço – MG. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA-ABREU, Pedro Ângelo; FRAGA, Lúcio Mauro Soares; NEVES, Soraya de C. Geologia. In: SILVA, Alexandre Christófar; PEDREIRA, Léa Cristina Vilela Sá Fortes; ALMEIDA-ABREU, Pedro Ângelo (Org.). **Serra do Espinhaço Meridional**: paisagens e ambientes. Belo Horizonte: O Lutador/UFVJM, 2005, p. 19-43.

BEDÊ, Lúcio Cadaval. **Alternativas para o uso sustentado de sempre-vivas:** efeitos do manejo extrativista sobre *Syngonanthus elegantulus* Ruhland (Eriocaulaceae). Tese (Doutorado em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

COSTA, Fabiane Nepomuceno. Campos rupestres. In: SILVA, Alexandre Christóforo; PEDREIRA, Léa Cristina Vilela Sá Fortes; ALMEIDA-ABREU, Pedro Ângelo (Org.). **Serra do Espinhaço Meridional:** paisagens e ambientes. Belo Horizonte: O Lutador/UFVJM, 2005. p. 139-145.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FISHER, Robin. **Contact and conflict:** Indian-European relations in British Columbia, 1774-1890. UBC Press, 1992.

GIULIETTI, N.; GIULIETTI, A.; PIRANI, J. R.; MENEZES, N. L. Estudos em sempre-vivas: importância econômica do extrativismo em Minas Gerais. **Acta Botanica Brasílica**, v. 1, n. 2, p. 179-193, 1988 (supl.).

GIULIETTI, A. M.; MENEZES, N. L.; PIRANI, J. R.; WANDERLEY, M. G. L. Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: caracterização e lista de espécies. **Bol. Bot. Univ. São Paulo**, n. 9, p. 1-151, 1987.

Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental – ITB / Centro Cape / SEBRAE / Mãos de Minas. **Projeto Sempre-Viva:** Perspectivas de seu Uso Sustentado. Belo Horizonte: ITB, 1999.

LACERDA, Mariana de Oliveira. **Paisagem da terra dos diamantes.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2014.

LOPES, Paulo Henrique da Silva. **A zona de contato cultural em um povoado da região de Diamantina – MG:** uma discussão dos aspectos de tradicionalidade e comunidade na coleta de sempre-vivas. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas), Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, 2013.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985. (Reconquista do Brasil, v. 88)

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio ambiente.** São Paulo: Annablume, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. **Identidades sociais e ação coletiva:** o caso dos garimpeiros da microrregião de Diamantina. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1997.

MENDONÇA, M. P.; LINS, V. L. **Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas de Extinção de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas/Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, 2000.

MONTEIRO, Fernanda Testa. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas, MG:** travessias e contradições ambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

NEVES, José Augusto. Chorographia Mineira. Município de Diamantina – Distrito de São João da Chapada. **Minas Geraes**, Belo Horizonte, 04/01/1898.

PEDRÃO, Fernando. O extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão. **História Econômica & História de Empresas**, v. IV, n. 2, p. 35-64, 2001.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. (Reconquista do Brasil, v. 5)

SATURNINO, H.M.; SATURNINO, M.A.C.; BRANDÃO, M. Algumas considerações sobre exportação e importação de plantas ornamentais em Minas Gerais. In: XXIII Congresso Nacional de Botânica, 1977. Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: Sociedade de Botânica do Brasil, 1977, p. 213-217.

SCLIAR, Cláudio. Dotação mineral, meio ambiente e desenvolvimento no Alto Jequitinhonha. **Geonomos**, v. 3, n. 1, p. 65-75, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 203-216.

SOUZA, Maria Cecília Freitas de. **Memória sempre-viva. Território, conflitos e modos de existência na Serra do Cipó**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2017.

SWINDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, v. 51, 1986.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, v. 17, n. 2, 1993.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; GIANASI, Lussandra Martins (Org.). **Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha**: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

*Recebido em Dezembro de 2018  
Aprovado em Setembro de 2019*